

Educação, serviços e favelas

Pedro Ferreira e Renato Fragelli



Em 1950, 63% da força de trabalho brasileira trabalhava na agricultura, 20% em serviços e 17% na indústria. Hoje, somente 15% dos trabalhadores estão na agricultura, os serviços empregam outros 65% e o restante está na indústria. A transformação estrutural da economia brasileira deu-se a uma velocidade relativamente alta e foi acompanhada de um também acelerado processo de urbanização.

Cidades são locais de maior interação entre agentes econômicos. Em vários estudos, importantes economistas como Robert Lucas e Edward Glaeser têm enfatizado o papel das cidades como locus de educação, inovação e crescimento. Devido à frequente interação e contatos entre profissionais, nas cidades as ideias circulam mais intensamente, há mais trocas e, portanto, mais criatividade e inovação. Dada a elevada escala, aprende-se mais

rápido e mais facilmente.

Há fortes externalidades positivas, pois todos se beneficiam de um ambiente criativo e dinâmico. A isto se contrapõe o isolamento do campo, onde os contatos são menos frequentes; a educação, de custoso acesso; o ambiente para inovação, adverso; o crescimento, mais lento e, consequentemente, a pobreza maior.

Em 1950, um trabalhador brasileiro do campo produzia entre um sexto e um sétimo do que produzia um trabalhador urbano do setor de serviços ou da indústria. Com a urbanização, o mesmo trabalhador antes pouco produtivo no campo tornou-se mais produtivo na cidade, ocorrendo aumento de renda. Para a economia brasileira agregadamente o efeito foi significativo. Fernando Veloso e Pedro Ferreira, em estudo publicado no livro "Desenvolvimento Econômico, Uma Perspectiva Brasileira", estimam que um terço do crescimento da economia brasileira entre 1950 e 1980 pode ser explicado por trabalhadores que trocaram seus empregos pouco produtivos na agricultura por empregos mais produtivos nas cidades.

A partir de 1980, diante de uma população já predominantemente urbana, não havia mais como se gerar ganhos de produtividade pela simples migração do campo para as cidades. A eta-

pa seguinte exigia uma melhoria da qualificação dos trabalhadores que já haviam migrado para as cidades. Mas isso não ocorreu. A produtividade média do setor caiu, entre 1980 e 2000, ao ritmo de 1,8% ao ano. A crescente oferta de mão de obra pouco qualificada explica esse processo. Incapacitados de se empregarem na manufatura, ou em empregos especializados do setor de serviços, uma massa de trabalhadores sem qualificação acabou se empregando como domésticas, biscoiteiros, vendedores de rua, guardadores de automóvel, etc.

Ao mesmo tempo, a falta de planejamento urbano, a baixa renda dessas pessoas, e a inexistência de financiamento imobiliário — devido à elevada inflação —, levaram à crescente favelização das grandes cidades. Hoje 22% da população do Rio de Janeiro vive em favelas; em Belém, mais da metade da população. Ao contrário do que Lucas e Glaeser defendem, no Brasil, os ganhos da urbanização não foram tão grandes para aqueles malfadados trabalhadores. Para eles, os serviços públicos — escolas, saneamento, entre outros — são ruins, e a moradia, péssima. Nesse ambiente infértil, as interações criativas revelaram-se limitadas.

Não precisava ter sido assim. A Coreia do Sul passou por uma transformação estrutural e urbanização semelhante à brasileira.

Em 1950, mais de 60% de sua força de trabalho estava na agricultura, mas hoje a cifra é de menos de 10%. Ao mesmo tempo, a proporção de trabalhadores no setor de serviços subiu de 28% para 63%.

Ao contrário do observado no Brasil, a produtividade desse setor nunca caiu, mas cresceu continuamente a quase 2% ao ano, taxa superior à dos Estados Unidos. A Coreia, mais pobre que o Brasil em 1950, é hoje duas vezes mais rica, em termos per capita.

**Repete-se muitas das
políticas equivocadas do
passado, como se a
insistência no erro
pudesse gerar um acerto**

A diferença principal entre os dois países foi a educação. As políticas desenvolvimentistas brasileiras virtualmente a ignoraram, ao passo que as coreanas — e de grande parte dos países asiáticos —, mantiveram a educação no centro do planejamento governamental. Entre 1950 e 1980, enquanto a escolaridade média coreana aumentou cerca de quatro anos, no Brasil mal passou de um ano a mais. Enquanto o Brasil implementava suas temporariamente bem-sucedidas políticas de crescimento inspiradas no nacional-desenvolvimentismo — e parte do sucesso se deveu mera-

mente à já citada transformação estrutural —, a Coreia implantava as suas (também bem-sucedidas) políticas de desenvolvimento, com a diferença que estas vieram acompanhadas de investimentos pesados em educação e qualificação profissional. Assim, o crescimento do setor de serviços coreano beneficiou-se da incorporação de trabalhadores preparados para atuar nos subsetores mais dinâmicos e produtivos.

As lições do passado são claras. O Brasil bloqueou importações, estatizou serviços, perseguiu políticas intervencionistas que acabaram gerando as distorções que levaram o país à estagnação dos anos 1980 e 1990, e até tentou reinventar o computador! Enquanto isso, menosprezava a educação, a infraestrutura urbana e os serviços públicos. O que mais preocupa é que as lições parecem não terem sido aprendidas até hoje. Em escala mais limitada, mas com igual entusiasmo, continua-se a repetir muitas das políticas equivocadas do passado, como se a insistência no erro pudesse gerar um acerto. O equívoco de diagnóstico atrasará ainda mais o país, não só em termos de crescimento, mas também na solução de seus problemas urbanos.

Pedro Cavalcanti Ferreira**e Renato Fragelli Cardoso** são

professores da Escola de Pós-graduação em Economia (EPGE-FGV).